

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

06/08/2006

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em relação ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.
 - (A) As leis que dispõem sobre matéria tributária federal relativa ao imposto de renda de pessoas jurídicas são de iniciativa do Presidente da República.
 - (B) O veto presidencial é ato irrevogável. Em relação a uma dada lei enviada à sanção, o presidente pode usá-lo uma só vez e, uma vez usado e comunicado ao Presidente do Senado Federal, não pode arrepender-se e requisitar o projeto de lei para sancioná-lo.
 - (C) Não é possível a edição de medida provisória sobre matérias reservadas à lei complementar, salvo se a aprovação por cada uma das Casas do Congresso Nacional se der por maioria absoluta.
 - (D) De acordo com o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, emenda à Constituição estadual, apresentada por 3/5 (três quintos) dos Deputados Estaduais, pode disciplinar diretamente matérias reservadas à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

2. Quanto à repartição de competências legislativas prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa certa.
 - (A) É constitucional lei distrital que vede a comercialização de produtos geneticamente modificados destinados à alimentação humana.
 - (B) Lei municipal pode estabelecer obrigação que imponha limite máximo de espera para que o consumidor seja atendido em estabelecimento bancário.
 - (C) Lei complementar federal que impõe limites para gastos com pessoal não é aplicável aos estados nem aos municípios em razão do princípio da autonomia.
 - (D) É constitucional lei estadual que amplia definição de instituto estabelecida por texto federal em matéria de competência concorrente.

3. De acordo com o entendimento jurisprudencial predominante no Supremo Tribunal Federal em relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.
 - (A) O duplo grau de jurisdição foi elevado pela Constituição Federal de 1988 à categoria dos direitos fundamentais pétreos, razão pela qual de toda decisão judicial decorre obrigatoriamente a possibilidade de interposição de recurso.
 - (B) No âmbito do controle judicial dos atos legislativos, eventual ponderação de valores constitucionalmente protegidos está adstrita ao controle concentrado de constitucionalidade.
 - (C) A violação dos direitos da pessoa humana não enseja intervenção federal nos estados-membros que eventualmente os tiverem violado.
 - (D) Os direitos fundamentais, ao surgirem na sua perspectiva tradicional de direito de defesa, continham disposições definidoras de uma atuação negativa do Poder Público.

4. Assinale dentre as alternativas a que está de acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.
 - (A) O conflito de atribuições entre os Ministérios Público Federal e Estadual é dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) A vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal reservada ao Ministério Público pode ser preenchida por Procurador de Justiça que oficia perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (C) A decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal que julga as contas dos responsáveis por dinheiro ou bens da Administração direta do Distrito Federal não se submete ao controle judicial.
 - (D) As decisões do Tribunal de Contas da União que resulte a imputação de débito ou multa terão a eficácia de título executivo.

5. Assinale a alternativa certa.
- (A) O Distrito Federal detém competência legislativa atribuída aos Estados e aos Municípios.
 - (B) A iniciativa popular de apresentação de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, por 1% (um por cento) dos eleitores locais, não encontra óbice na Constituição Federal.
 - (C) Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social de pessoas portadoras de deficiência.
 - (D) Dentro de sua autonomia, compete ao Distrito Federal legislar sobre os salários dos integrantes das Polícias Civil e Militar, reservando-se a iniciativa ao Governador.
-
6. Em relação aos partidos e aos direitos políticos previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.
- (A) A inelegibilidade de cônjuge e parentes de ocupante do cargo de prefeito não alcança a figura do companheiro decorrente de união homossexual estável em razão de ausência de previsão constitucional.
 - (B) Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis.
 - (C) Os partidos políticos não detêm legitimidade ativa para impetração de mandado de segurança coletivo que tenha por objeto a impugnação de exigência tributária relativa à majoração de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - (D) O registro do estatuto do partido político no Tribunal Superior Eleitoral é suficiente para a aquisição de sua personalidade jurídica.
-
7. Marque a alternativa correta em relação ao controle concentrado de constitucionalidade.
- (A) A vinculação dos juízes de primeiro grau ao entendimento do Supremo Tribunal Federal havido em controle concentrado está adstrita aos julgamentos proferidos em ações declaratórias de constitucionalidade.
 - (B) Quando norma estadual é questionada simultaneamente no Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro de controle a Constituição Federal, e no Tribunal de Justiça, por violação de Constituição Estadual que repete norma da Constituição Federal, a ação em trâmite na Corte local deverá ser extinta.
 - (C) A eficácia *erga omnes* das decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade impede que o legislador insista na violação à Constituição Federal com a edição de lei de idêntico teor à já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.
 - (D) Mostra-se adequado o controle concentrado de constitucionalidade contra dispositivo de lei orçamentária quando ela revela contornos abstratos e autônomos, em abandono ao campo da eficácia normativa concreta.
-
8. Em relação ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) O recurso extraordinário constitui instrumento de impugnação utilizado exclusivamente no controle difuso de constitucionalidade.
 - (B) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição incidental de inconstitucionalidade de lei quando já houver pronunciamento destes ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
 - (C) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a interposição direta de recurso extraordinário contra julgamento realizado por juiz de primeiro grau de jurisdição.
 - (D) Inspirado no modelo jurídico norte-americano, o controle concreto de constitucionalidade foi introduzido no direito brasileiro com a Constituição de 1934, editada após a Revolução Constitucionalista.
-
9. Em relação aos tributos e suas espécies, assinale a alternativa correta.
- (A) O tributo tem função extrafiscal quando seu objetivo principal é a interferência no domínio econômico, não se limitando apenas à simples arrecadação de recursos financeiros.
 - (B) O fato gerador de um tributo não pode decorrer de circunstância ilícita.
 - (C) Para determinação da natureza jurídica do tributo é essencial a destinação legal do produto da arrecadação.
 - (D) Excepcionalmente é admitido no direito brasileiro o tributo *in labore* nas contribuições de melhoria quando a obra pública for realizada pelo próprio sujeito passivo tributário.
-

10. Dentre as afirmativas abaixo, relativas à imunidade e isenções tributárias, assinale a correta.
- (A) A imunidade de entidade educacional sem fins lucrativos não é extensiva aos aluguéis de apartamento de sua propriedade revertidos às suas finalidades institucionais.
 - (B) A isenção por prazo certo e em função de determinadas condições atendidas pelo sujeito passivo gera direito adquirido.
 - (C) A imunidade tributária incidente sobre livros só é extensível ao papel nele utilizado se a obra tiver fins didático-educacionais.
 - (D) A empresa pública Caixa Econômica Federal, que exerce atividade econômica, é abrangida pela imunidade tributária recíproca, não se sujeitando ao pagamento de imposto sobre propriedade de veículos automotores incidentes sobre seus carros.
-

11. Quanto à interpretação e integração das normas tributárias, assinale a alternativa correta.
- (A) As lacunas do Direito Tributário são colmatadas pela mesma sistemática da Lei de Introdução ao Código Civil.
 - (B) O contrato de arrendamento mercantil relativo a um automóvel pode excluir a responsabilidade tributária do arrendante, em relação ao Imposto sobre Veículos Automotores, uma vez que as partes podem pactuar suas obrigações.
 - (C) A outorga de isenções é interpretada finalisticamente, cabendo ao aplicador da lei buscar o objetivo perseguido pelo legislador.
 - (D) Em existindo dúvida quanto à capitulação legal do fato, deve-se interpretar a lei tributária definidora de infrações da maneira mais favorável ao acusado.
-

12. Assinale qual das alternativas é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- (A) moratória.
 - (B) parcelamento.
 - (C) anistia.
 - (D) dação em pagamento em bens imóveis na forma da lei local.
-

13. Assinale a resposta correta.
- (A) A alteração por lei distrital do índice de correção monetária aplicável ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no mês de abril de um determinado ano fiscal, exigindo o novo índice no mês subsequente à modificação, não representa ofensa ao princípio da anterioridade.
 - (B) A Administração Tributária do Distrito Federal pode apreender mercadorias em trânsito, de propriedade de contribuinte regularmente inscrito em seu cadastro, e somente liberá-las após o pagamento do imposto devido.
 - (C) O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em razão do princípio da simetria, entende válida a aplicação automática de lei federal definidora do valor mínimo para ajuizamento de execuções fiscais, aos procedimentos judiciais em que o Distrito Federal cobra impostos de sua competência.
 - (D) A lei distrital que altera o dia do recolhimento do ICMS do dia 20 de cada mês para todo o dia 10 somente poderá ser aplicada no ano seguinte à sua publicação.
-

14. Em relação ao crédito tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) O lançamento de ofício somente é utilizado quando da inobservância, conforme o tributo devido, do lançamento por homologação ou por declaração.
 - (B) O Código Tributário Nacional dá à União o poder de outorgar moratória em caráter geral em relação aos tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios quando simultaneamente a conceder quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.
 - (C) A prescrição tributária se interrompe pela citação pessoal do devedor.
 - (D) A atividade administrativa de lançamento é discricionária quando propicia à Administração Tributária verificar o melhor momento de aferição do fato gerador complexo.
-

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15. O Supremo Tribunal Federal é chamado a resolver conflito federativo em ação civil originária na qual o Distrito Federal questiona consulta pública realizada pela União juntamente com o IBAMA, com o propósito de instituir reserva extrativista em área que compreende terras públicas pertencentes ao Distrito Federal, onde os referidos entes federais pretendiam desenvolver projeto ambiental da mesma natureza. De acordo com a situação hipotética acima retratada, assinale a opção correta.
- (A) O procedimento instaurado pela União ofende o pacto federativo e o direito de propriedade do Distrito Federal, dada a impossibilidade de a primeira instituir reserva extrativista em área que compreenda terras públicas pertencentes ao Distrito Federal.
 - (B) O procedimento adotado pela União é equivalente à desapropriação, só permitida em relação aos bens de particulares, tendo-se em conta que a autonomia dos entes federativos impede a prevalência dos interesses de uma pessoa política sobre os de outra.
 - (C) Havendo prévia autorização legislativa, os bens públicos pertencentes aos Estados-membros e aos Municípios que se encontrem em áreas de reserva extrativista, podem ser objeto de regular processo expropriatório federal, mediante o pagamento da justa indenização.
 - (D) O uso da área de domínio público conferido às populações extrativistas não se efetiva por contrato de concessão de direito real de uso.
-
16. Marque a opção correta.
- (A) É formalmente constitucional lei de iniciativa de membro da Câmara Legislativa que, ao tratar da desafetação de área pública, onera bens públicos do Distrito Federal.
 - (B) Por sempre caracterizar limitação parcial ao direito de propriedade, o tombamento não pode gerar indenização, nem ser convertido em processo expropriatório.
 - (C) Em virtude da supremacia do interesse público sobre o particular, havendo desistência da desapropriação em quaisquer condições, a restituição do bem ao expropriado suprime qualquer possibilidade de o poder público indenizá-lo.
 - (D) A Lei nº 8.666/93 admite a ocupação temporária, ao prever, na hipótese de rescisão do contrato administrativo, a ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.
-
17. Sobre a intervenção do Estado na ordem privada e econômica, marque a opção correta.
- (A) O desvio de finalidade na afetação de um bem pelo Estado, ainda que por motivos de igual interesse público, mas diversos daquele declarado no ato expropriatório, permite, pela ação de retrocessão, a sua retomada pelo particular.
 - (B) A intervenção estatal na economia para fixar preços abaixo da realidade empresarial e em desconformidade com a legislação aplicável a um dado setor industrial, pode gerar a responsabilização do Poder Público, inclusive com o dever de indenizar, em se evidenciando o prejuízo aos particulares integrantes de determinado setor econômico.
 - (C) Não caracteriza desapropriação indireta a omissão do Município em coibir invasão de propriedade por terceiros, seguida de ações concretas de sua parte na melhoria das condições de infra-estrutura aos invasores que ali se encontram assentados.
 - (D) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que tem natureza jurídica de agência reguladora federal, atua em prol do poder público na normatização e na regulação da atividade econômica.
-
18. A propósito dos serviços públicos, assinale a opção correta.
- (A) O regime jurídico de direito público não é um traço característico dos serviços públicos de concessão, se considerarmos a possibilidade de os contratos de concessão serem executados por empresa privada.
 - (B) As agências reguladoras, criadas com o propósito de transferir para o setor privado a execução de serviços públicos, reservando ao Estado a regulamentação, o controle e a fiscalização desses serviços, não são consideradas autarquias sob regime especial.
 - (C) Em razão do princípio da legalidade administrativa, não é possível que o parceiro privado tenha remuneração variável de acordo com o cumprimento de metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato de parceria público-privada.
 - (D) A parceria público-privada é legalmente definida como contrato de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
-

19. Com relação às licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.
- (A) De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por ter a permissão de serviços públicos os atributos da unilateralidade, discricionariedade e precariedade, é lícita a previsão de edital de licitação de que o permissionário de transporte público alternativo não pode ter vínculo empregatício com a Administração Pública.
 - (B) É possível a transferência ao cônjuge e herdeiros, sem licitação pública, da delegação de transporte público alternativo concedida ao permissionário falecido.
 - (C) A possibilidade de o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, indica a mitigação completa do princípio da vinculação ao edital, em razão da vedação ao rigor da forma que caracteriza tal modalidade.
 - (D) Tal como ocorre nos contratos públicos em geral, não é admissível na parceria público-privada o emprego de mecanismos privados de resolução de disputas entre a Administração Pública e o parceiro privado, como, por exemplo, a arbitragem.
-

20. Assinale a opção correta.
- (A) A retenção de caução e a encampação são exemplos típicos da auto-executoriedade dos atos administrativos.
 - (B) Pela presunção de veracidade dos atos administrativos, são verdadeiros tantos os fatos alegados pela Administração Pública, quanto o direito por ela sustentado.
 - (C) Os atos praticados pela Administração Pública, em regra, não impõem obrigações a terceiros.
 - (D) A autorização é ato administrativo declaratório e a licença é ato constitutivo de direito preexistente.
-

21. Marque a opção correta.
- (A) O controle de legalidade do ato administrativo exercido pelo Judiciário não exclui a faculdade que tem a Administração Pública de anular atos inválidos que tenha praticado, em decorrência do princípio da autotutela.
 - (B) Na ausência de lesão ao interesse público e de prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - (C) O princípio da independência entre os poderes impede a interferência do Judiciário nas situações em que a lei deixar a critério do administrador público a definição do motivo do ato administrativo.
 - (D) O controle concomitante dos atos administrativos, que tem como exemplos os atos de aprovação, homologação e convalidação, ocorre, como o próprio o nome sugere, no exato momento em que a Administração Pública atua.
-

22. Em relação à improbidade administrativa regulada na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.
- (A) A ação de improbidade administrativa tem natureza penal e, por essa razão, o Presidente da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal quando questionada a probidade de seus atos diante de uma das condutas descritas na Lei nº 8.429/92.
 - (B) Todas as condutas descritas como ímprobadas na lei indicada no enunciado exigem conduta dolosa do agente público.
 - (C) A contagem do prazo prescricional para propositura de ação de improbidade administrativa contra o Presidente da República tem início com o término do mandato eletivo e não a partir da data do ato administrativo questionado em juízo.
 - (D) A pessoa jurídica de direito público à qual pertence ou pertenceu um determinado agente público é litisconsorte passivo necessário na ação de improbidade administrativa.
-

23. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi expressamente incluído na Constituição de 1988 entre os bens públicos classificados como:
- (A) De uso comum do povo.
 - (B) De uso especial.
 - (C) Dominicais.
 - (D) Patrimoniais.
-

24. Marque a opção correta.
- (A) O Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que o dano causado por serventuário não gera responsabilidade objetiva do Estado, por serem os serviços notariais exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.
 - (B) O Estado não responde, na modalidade objetiva, por ato praticado por policial militar que, em dia de folga e com trajes civis, efetua disparo com arma de fogo da corporação, causando a morte de pessoa inocente.
 - (C) A concessionária de serviço público de transporte coletivo responde objetivamente por danos causados aos usuários do serviço e subjetivamente perante não-usuários, por ser o propósito do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal o de preservar os contratantes do serviço de transporte da disputa que possa haver entre o prestador do serviço e o eventual causador do sinistro.
 - (D) O artigo 37, §6º, da Constituição Federal, exige que o agente público tenha agido no exercício das suas funções para que se configure a responsabilidade objetiva do Estado.
-

25. Ainda sobre responsabilidade civil do Estado, e de seus agentes públicos e políticos, assinale a opção correta.
- (A) Não enseja a responsabilização civil, nos termos do artigo 37, §6º, o dano causado a particular em decorrência de ato lícito do Estado.
 - (B) A ausência de edição de lei regulamentadora de norma constitucional implica a responsabilização do Estado.
 - (C) O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil por ato ilícito praticado pelo oficial do Registro de Imóveis não é pessoal e, por isso, alcança o seu sucessor na serventia.
 - (D) A imunidade parlamentar em seu sentido material exclui a responsabilidade civil do membro do Poder Legislativo por danos eventualmente resultantes de manifestações, orais ou escritas, desde que motivadas pelo desempenho do mandato ou externadas em razão deste, qualquer que seja o âmbito espacial.
-

26. Sobre o processo administrativo, marque a opção correta.
- (A) Diferentemente do que ocorre nos processos judiciais, nos administrativos, é ilegítima para interpor recurso a parte cujos interesses ou direitos foram indiretamente afetados pela decisão recorrida.
 - (B) É garantia constitucional expressa, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
 - (C) O recurso hierárquico próprio, como tal entendido aquele que se dirige à autoridade ou instância superior do mesmo órgão administrativo pleiteando a modificação do ato recorrido, não admite *reformatio in pejus*.
 - (D) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Lei 9.784/99, que regula os procedimentos administrativos, não tem aplicação nos processos em trâmite no Tribunal de Contas da União, dada a sua feição quase jurisdicional e a suficiência do rito processual traçado pelo seu regimento interno.
-

27. Sobre a Administração Pública em juízo, marque a opção correta.
- (A) Pode o magistrado, de ofício, determinar a realização de nova perícia em processo de desapropriação, quando não houve qualquer discordância dos expropriados e do Ministério Público. Tal postura se justifica nos poderes instrutórios conferidos pelo art. 130 do CPC e nos princípios constitucionais da moralidade e da justa indenização.
 - (B) A nota de empenho emitida por agente público não é título executivo extrajudicial.
 - (C) A remessa oficial não devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, como, por exemplo, os honorários de advogado.
 - (D) Não se admite o reconhecimento de ofício de prescrição intercorrente em processos de execução fiscal, por envolver direitos patrimoniais da Fazenda Pública.
-

28. Quando o agente público pratica ato lesivo ao patrimônio público, visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na sua regra de competência, propicia a qualquer cidadão o ajuizamento de ação popular porque sua conduta incorreu em:
- (A) Vício de forma.
 - (B) Ilegalidade do objeto.
 - (C) Inexistência dos motivos.
 - (D) Desvio de finalidade.

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

29. Analise o texto e as proposições e assinale a única alternativa correta.

Código Civil, art. 1º: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.”

I – A capacidade a que se refere o artigo é a de fato, que consiste no potencial que todo homem possui, do nascimento à morte, de assumir obrigações e ser titular de direitos na ordem civil.

II – A capacidade de direito só se adquire aos dezoito anos.

III – Deveres, na acepção empregada no dispositivo transcrito, incluem obrigações. Mas obrigação, em sentido técnico, difere de deveres.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
- (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

30. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Perde a validade testamento feito por menor relativamente incapaz, na vigência de lei que o permitia fazê-lo, se, quando da abertura, encontra-se em vigor lei que permite só aos plenamente capazes dispor de seus bens por ato “causa mortis”.

II – Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei de ordem pública pode alcançar contratos celebrados antes de sua edição.

III – Negócio jurídico, celebrado antes da vigência do Código Civil/2002, observa os pressupostos de validade do Código Civil/1916, mas os seus efeitos, produzidos após a vigência do atual Código Civil, aos preceitos dele se subordinam, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
- (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

31. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – No contrato de compra e venda, realizado o pagamento com cartão de crédito, torna-se devedor o banco emissor do cartão que, ao pagar a dívida do comprador, sub-roga-se nos direitos do vendedor.

II – Apesar da regulamentação que o Código Civil faz dos contratos, dada a liberdade de contratar ou obrigar, são válidos contratos celebrados à margem dos paradigmas estabelecidos pelo Código, desde que observadas as normas gerais do Código.

III – Na venda de coisa futura, porque subordinada a condição suspensiva, enquanto não verificado o evento futuro e incerto, não é possível celebrar contratos derivados.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
- (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

32. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Há novação e, em consequência, exoneração do fiador se sem seu consentimento a instituição financeira, em favor do devedor principal, reduz a taxa de juros e o montante da dívida e parcela o pagamento.

II - Segundo o Código Civil, no mútuo feneratício admite-se a capitalização anual de juros.

III – Divórcio obtido por cônjuges brasileiros em outro país, assim que decretado, independente de outras providências, afasta o impedimento para novo matrimônio no Brasil.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
- (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

33. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – O mandatário, com poderes para transigir, pode renunciar da prescrição que favorecia o mandante.

II – O juiz não pode, de ofício, conhecer da decadência, fixada em lei, se aquele a quem aproveita dela renunciou.

III – Vencidos há dois anos os aluguéis, se falece o locador, seu único filho e sucessor, com dezesseis anos de idade, para que não consume a prescrição, terá um ano, a contar da morte do pai, para ajuizar ação de cobrança.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

34. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Desde que por escritura pública, é eficaz cessão, feita por co-herdeiro capaz, de bem da herança, certo e individualizado.

II – Para que haja comunhão de aqüestos, a mulher, que era casada pelo regime da separação obrigatória de bens, necessita comprovar que contribuiu com seu trabalho e economia para aquisição dos bens.

III – Os pais, tendo a administração dos bens de filho de quinze anos de idade que vive na companhia deles, podem livremente ceder direitos que o filho tem sobre apartamento em construção.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

35. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Na estipulação em favor de terceiro é essencial que o benefício seja recebido sem contraprestação e represente vantagem suscetível de apreciação econômica.

II – No seguro de vida, contratado antes da separação de fato do segurado e a esposa, se designada como beneficiária a mulher que o segurado, depois de separar da esposa, passou a manter relacionamento amoroso, a indenização será paga aos herdeiros e a esposa.

III -- Durante a viagem, por roubo no interior do veículo que resultou na morte de passageiro, não responde a empresa de ônibus.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

36. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Verifica o constituto possessório, modo derivado de aquisição da posse, quando alguém, possuindo um bem na qualidade de proprietário o aliena, mas, por força de cláusula do contrato de venda, continua possuindo-o em nome do adquirente.

II - Não é possível usucapião de direito pessoal, pois, dado que o objeto do direito real é necessariamente coisa determinada, somente os direitos reais se sujeitam a semelhante forma de aquisição da propriedade.

II – Ainda que não estipulado na convenção, o condomínio é obrigado a indenizar danos sofridos por veículo de condômino guardado na garagem do edifício.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

37. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Composição musical, sem letra e não registrada, não depende de autorização prévia e expressa do autor para ser utilizada indiretamente em sonorização ambiental.

II – Se há consentimento dos pais e do adotando, que conta com mais de dezoito anos, a adoção, se feita por escritura pública, dispensa procedimento judicial.

III – Com a separação de fato, a locação sub-roga-se ao cônjuge que permanecer no imóvel, que, se o locador exigir, será obrigado substituir o fiador ou oferecer qualquer das garantias previstas em lei.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

38. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (L. 8.078/90):

I – Qualifica-se como relação de consumo os serviços de lazer que clube social oferece aos seus associados.

II – Pela oferta, em meio publicitário, feita por representante autônomo não é responsável o fabricante.

III – O valor de mão-de-obra, aceito pelo consumidor, pode ser alterado se o fornecedor comprova que, para executar o serviço, necessitou contratar serviços de terceiros.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

39. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – As declarações da testemunha, na polícia, apontando o indiciado como autor do roubo, caso arquivado o inquérito por falta de provas, enseja indenização a título de danos morais.

II – Aquele que os documentos pessoais foram extraviados e utilizados por terceiro na contratação de empréstimo bancário, que, não adimplido, resultou na inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes, tem ação de reparação de dano moral contra o banco que concedeu o empréstimo e realizou a inscrição, mesmo não se não fez ocorrência policial do extravio.

III – Falecendo a pessoa vítima de dano moral por ofensa a direito personalíssimo, porque intransmissível o direito, seus herdeiros não podem intentar ação de reparação do dano.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

40. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Na gestão de negócios há vinculação do dono sem a concorrência de sua vontade.

II – No endosso-mandato não há transferência do título de crédito, mas apenas outorga de poderes de cobrança ao portador.

III – Rescindido o contrato de promessa de compra e venda de apartamento e reintegrada o promitente vendedor na posse do imóvel, ao promitente comprador assiste o direito à indenização pelos armários que colocou nos quartos, cozinha e banheiro do imóvel, mesmo que a rescisão tenha decorrido da inadimplência dele no pagamento das prestações.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

41. Analise as proposições e assinale a única correta.

- I – A satisfação de dívida que não obriga a pagamento, caracterizando-se obrigação natural, não enseja repetição.
II – A retomada de coisa entregue em comodato, ainda que com prazo certo de vigência, pressupõe notificação prévia do comodatário.
III – O ex-marido, devedor de alimentos à ex-mulher, tornando-se credor dela em razão da venda de veículo que lhe fez, pode compensar a dívida até o limite de seu crédito.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.

42. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – O homem com dezesseis anos de idade, filho de pais solteiros e vivendo na companhia da mãe, não necessita de consentimento do pai para casar.
II – No regime de comunhão universal de bens, decretada a separação judicial do casal, se não realizada a partilha, o cônjuge que permanecer na posse de imóvel do casal fica obrigado a pagar ao outro a metade da renda de um presumível aluguel.
III – Aquele a quem é concedido o direito real de habitar imóvel alheio pode usá-lo para instalar comércio, desde que o título não vede.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.

QUESTÕES DE DIREITO COMERCIAL

43. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – O marco legislativo da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, no direito brasileiro, fixou-se no artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor.
II – A determinação de que os sócios não respondem pelas dívidas sociais (artigo 596 do CPC) diz respeito à regular extinção da empresa e à regularidade das obrigações sociais.
III – Válida a penhora que recai sobre os bens dos sócios por dívidas de sociedade por cotas de responsabilidade limitada se não houver integralização do capital, apesar da indicação de bens sociais que pudessem responder pela obrigação.
IV – Na sociedade não-personificada, de acordo com a atual legislação, a responsabilidade do sócio é limitada, nos termos do contrato verbal celebrado com os demais sócios.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
(B) Todas as proposições são falsas.
(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
(D) Apenas uma das proposições é falsa.

44. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – Todas as sociedades empresárias caracterizam-se pela cooperação efetiva entre os sócios, ou seja, pela *affectio societatis*.
II – O nome empresarial identifica a sociedade da mesma forma que o nome civil identifica as pessoas físicas, sendo privativo das sociedades empresárias que adquirem personalidade jurídica.
III – Os sócios que assumem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais são considerados empresários.
IV – Os terceiros que realizam negócios com as sociedades de fato, ou em comum, podem intentar ação contra a sociedade, valendo-se de quaisquer meios de provas, mas não podem agir contra os sócios isoladamente.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
(B) Todas as proposições são falsas.
(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
(D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

45. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

I – A homologação do plano de recuperação extrajudicial pode ser obrigatória, desde que assinado por credores que representem mais de 4/5 de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

II – Os efeitos da homologação podem ser pretéritos, desde que digam respeito ao valor ou forma de pagamento de crédito titularizado por credor que assina o plano.

III – O prazo para impugnar o pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial é de 60 dias, contado da publicação do edital convocando os credores.

IV – Na homologação obrigatória do plano de recuperação extrajudicial, os créditos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda nacional, segundo a taxa de câmbio da data da assinatura do plano pelos credores aderentes.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

46. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

I – Os títulos de crédito rural estão sujeitos a juros de um por cento ao ano, em caso de mora, e multa de dez por cento, na hipótese de cobrança administrativa ou judicial (Decreto-Lei nº 167/67).

II – Aos títulos de crédito rural aplicam-se as normas de direito cambial, inclusive quanto ao aval, dispensando o protesto para o direito de regresso.

III – As cédulas de crédito rural pignoratícia, rural hipotecária e a rural pignoratícia e hipotecária constituem cédulas de crédito real rural e a nota de crédito rural classifica-se como cédula de crédito pessoal rural.

IV – Importa em vencimento da cédula de crédito rural, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, a inadimplência de qualquer obrigação convencional ou legal do emitente do título.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

47. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

I – A decretação da falência ou o pedido de recuperação judicial suspende a prescrição das obrigações do falido ou devedor.

II – As ações de conhecimento contra o devedor falido ou em recuperação não se suspendem pela sobrevivência da falência ou do processo visando o benefício.

III – Na hipótese de autofalência, necessário se torna a apresentação da lista dos credores com a discriminação do valor do crédito e a classificação de cada um deles, entre outras formalidades.

IV – Na habilitação de crédito ou apresentação de divergência não é exigida a intervenção de advogado, podendo o credor se dirigir diretamente ao administrador judicial por escrito.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

48. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

I – O cheque prescrito, não passível de execução cambial, pode instruir a ação monitória, sem necessidade, de plano, da demonstração da causa debendi, ante a presunção de boa-fé quanto à origem do título, que poderá ser desmerecida por prova em contrário.

II – A prática comercial de emissão de cheque com data futura de apresentação, conhecido como cheque pré-datado, não desnaturaliza sua natureza cambial.

III – Na hipótese de cheque, a oposição do emitente e a revogação ou contra-ordem se excluem reciprocamente.

IV – O portador não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

49. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – A falência do locador, por si só, não resolve o contrato de locação, podendo o administrador judicial, a qualquer tempo, denunciar o contrato, na hipótese de falência do locatário.
- II – Falido o fiduciante, a fiduciária não pode pedir a restituição do bem móvel.
- III – Caso o falido faça parte de alguma sociedade como sócio comanditário ou cotista, para a massa falida não entrarão os haveres que na sociedade ele possuir.
- IV – O compromisso de compra e venda de bens móveis loteados, pode ser rescindido pelo administrador judicial.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

50. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – Ocorre a dissolução da sociedade anônima, por decisão judicial, quando, em ação proposta por acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, ficar provado que não pode preencher o seu fim.
- II – Companhia fechada é aquela que tem suas ações negociadas no mercado de ações e possui um número limitado de acionista.
- III – As debêntures são representadas por certificados, emitidos pela companhia, assinados por menos por dois diretores, que tomarão a natureza de títulos de créditos e poderão ser negociados.
- IV – Nas sociedades anônimas, para a validade da assembléia geral, é necessário, em primeira convocação, a presença, no mínimo, de acionistas que representem 1/5 do capital social com direito a voto.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

51. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – As disposições do Código Civil que tratam de títulos de crédito são de aplicação suplementar, incidindo apenas quando inexistir lei própria que disciplina os títulos de crédito.
- II – Circulando o título de crédito, não são oponíveis aos terceiros as matérias pertinentes à origem da causa, ou seja, as exceções pessoais.
- III – O título de crédito é *pro solvendo* quando não significa a efetivação do pagamento com a sua simples entrega.
- IV – A obrigação cambiária é *quérable*, isto é, quesível.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

52. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – A previsão da antecipação do valor residual garantido, não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil (*leasing*).
- II – Na comissão *del credere*, o comissário é obrigado a indenizar o comitente, na hipótese de inadimplência ou insolvência do terceiro com quem contratou.
- III – A purga da mora, na hipótese de alienação fiduciária, deve ser realizada segundo os valores apresentados pelo credor na inicial.
- IV – No contrato de comissão, uma das partes se obriga a praticar atos em nome e por conta de outra.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

53. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é limitada, mas ultrapassa a cota de cada sócio, garantindo a integralização do capital.
- II – A gestão das sociedades limitadas cabe aos administradores indicados no contrato ou em ato separado, podendo ser pessoas naturais ou jurídicas.
- III – O administrador não-sócio somente pode ser destituído por cotistas representativos de, no mínimo, dois terços do capital social.
- IV – Todos os cotistas tem direito ao exercício do direito de voto, na hipótese de deliberação sobre transformação da sociedade, mesmo quando as ações são preferenciais, sem direito de voto.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

54. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – A letra de cambio, protestada por falta ou recusa de pagamento, se não tiver sido aceita, não constitui título cambial.
- II – A duplicata pode ser transferida por endosso; entretanto não é cabível a garantia do aval.
- III – A nota promissória emitida em branco, pode ser preenchida pelo credor de boa-fé, de acordo com os ajustes realizados e antes do ajuizamento da ação de execução.
- IV – O aval posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

55. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – Para o funcionamento da empresa de factoring, eventual irregularidade junto ao Banco Central, não interfere nas avenças firmadas entre o particular e a instituição.
- II – O devedor deve ser notificado quanto ao negócio de transferência do crédito, para vinculá-lo a nova relação jurídica.
- III – A relação que vincula o faturizador ao faturizado é de natureza contratual e não cambial.
- IV – Desnecessário o consentimento do devedor para validade da cessão de crédito ou do contrato de factoring.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

56. Analise as proposições abaixo e, após, assinale a assertiva correta:

- I – As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão excluídas do processo falimentar.
- II – As operadoras de planos privados de assistência à saúde sujeitam-se a falência, desde que, no curso da liquidação extrajudicial, reste comprovado que o ativo da massa liquidanda seja suficiente para pagar apenas dois terços dos créditos quirografários.
- III – O agricultor familiar, sem cunho empresarial, não tem direito a recuperação judicial ou extrajudicial.
- IV – As câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira estão excluídas do direito falimentar.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cada questão é composta por três conjuntos. Cada conjunto é formado por dois períodos independentes. Para que um conjunto esteja certo, é indispensável que ambas as assertivas estejam corretas.

Leia com atenção e marque a única alternativa correta correspondente a cada uma das questões.

57.

- Y - Ainda que o recurso seja interposto no primeiro dia do prazo, no ato da interposição, o recorrente comprovará o respectivo preparo, quando exigido pela legislação pertinente, sob pena de deserção.
 - Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
 - W - A imutabilidade da coisa julgada abrange os motivos.
 - A sentença, que julga total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.
 - Z - A medida liminar exarada em juízo de mera verossimilhança tem por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas e, por isto mesmo, sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença proferida à base de cognição esgotante.
 - Há impossibilidade jurídica do pedido quando a pretensão do autor, considerada em abstrato, enfrenta vedação explícita do direito positivo.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.

58.

- Y - É possível alegar-se a impenhorabilidade de bem de família por simples petição nos autos da execução.
 - Nem sempre em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo, eis que parte da sentença pode ser lavrada em latim.
 - W - Incumbe ao juiz nomear o depositário dos bens seqüestrados mas, em nenhuma hipótese, a escolha poderá recair em uma das partes, ainda que preste caução.
 - Para concessão de arresto é essencial a prova literal da dívida líquida e certa.
 - Z - Em homenagem ao princípio da celeridade processual, o juiz determinará medidas cautelares sem a audiência das partes, até porque a prestação jurisdicional é dever do Estado.
 - A ação de investigação de paternidade, sendo falecido o indigitado pai, deve ser proposta contra todos os herdeiros.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.

59.

- Y - O reconhecimento da ausência de uma das condições da ação impede a apreciação das demais questões suscitadas pelas partes.
 - A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas.
 - W - A desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção.
 - O recurso adesivo não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
 - Z - O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
 - O revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.

60.

- Y – A competência para processar e julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade é de juiz de primeiro grau de jurisdição.
- Os integrantes do ato que rendeu azo à propositura da ação popular são litisconsortes necessários.
- W – Observar-se-á o procedimento sumário nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- O pedido será alternativo, quando pela natureza da obrigação, o devedor puder cumpri-la de mais de um modo.
- Z – A ação de atentado será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.
- Todos aqueles que hajam de figurar como parte no processo principal também devem ser citados para o processo cautelar para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido.

- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
 - (B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
 - (C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
 - (D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

61.

- Y - Não se admite foro de eleição na ação de adjudicação compulsória, para a qual prevalece o foro da situação da coisa.
- O curador especial tem o dever de contestar, ainda que por negativa geral, mas não está obrigado a interpor apelação.
- W – Os procuradores de órgãos públicos estão dispensados de exhibir procuração.
- O protesto pela juntada de procuração pressupõe a necessidade de praticar-se ato urgente.
- Z - É nulo o processo em que não foi citado litisconsorte necessário.
- Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes.

- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
 - (B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
 - (C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
 - (D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

62.

- Y – É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em sede de ação civil pública.
- O julgamento anterior de matéria semelhante importa em suspeição do juiz.
- W – A distribuição deve ser fiscalizada pela parte ou seu procurador.
- O procedimento sumário não será observado nas ações relativas ao estado e capacidade das pessoas.
- Z – Na execução por carta, é do juízo deprecante a competência para apreciar acordo celebrado entre as partes, com requerimento de suspensão do processo de execução.
- O princípio da eventualidade não incide nos embargos à execução, eis que inviável a concentração dos atos de defesa do devedor.

- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
 - (B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
 - (C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
 - (D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

63.

- Y – Quando a penhora recair sobre imóvel, far-se-á a alienação em praça.
 - O devedor não pode oferecer embargos à execução por obrigação de fazer sem que o juízo esteja seguro pela penhora.
 - W – Se a apelação for interposta no prazo legal, estando acompanhada do comprovante do preparo, o juiz não pode deixar de recebê-la, ainda que a sentença esteja em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
 - A apelação contra sentença que majora prestação alimentícia deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.
 - Z – Em princípio, cabem embargos infringentes contra acórdão proferido por maioria, em agravo retido.
 - A desistência da ação somente produzirá efeitos depois de homologada por sentença.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

64.

- Y – Processo é o instrumento de que se serve o Estado, no exercício da jurisdição, para compor um conflito litigioso de interesses.
 - O litígio ou lide é o conflito intersubjetivo derivado de uma pretensão insatisfeita.
 - W – Na substituição processual, o substituto é parte apenas no sentido formal.
 - São sujeitos principais do processo o juiz, a parte autora e a parte ré.
 - Z – Nula é a sentença incurso no vício de *extra ou ultra petição*, mas nula somente no que exceder o pedido ou dele se alhear.
 - Não havendo preceito legal nem assinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

65.

- Y – Medida cautelar é providência coativa, de caráter provisório e instrumental para tutelar, em sua complexidade, o resultado de processo de conhecimento ou de execução.
 - Participando do processo como sujeito especial, o Ministério Público manifesta-se depois das partes, mas não pode requerer diligência que importe no adiamento da audiência.
 - W – Pode ser dispensada pelo juiz a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.
 - “Litisconsorte necessário” e “litisconsorte unitário” são expressões equivalentes que identificam um dos sujeitos secundários do processo.
 - Z – Constitui cerceamento de defesa o indeferimento do pedido de adiamento da audiência feito por advogado que prova por certidão ter outra audiência no mesmo horário, cuja intimação se deu em data anterior.
 - O prazo estabelecido pelo juiz interrompe-se nos feriados.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

66.

- Y – A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando violar literal dispositivo de lei.
 - O preceptivo que autoriza rescisão de sentença por violação da ordem jurídica positiva é abrangente, cingindo inclusive direito estrangeiro.
 - W – Na esfera dos juizados especiais, cabe reclamação para o Supremo Tribunal Federal, nos casos em que o presidente da Turma Recursal, nega trânsito a agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitiu recurso extraordinário.
 - O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.
 - Z – O representante do Ministério Público será ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com o juiz ou autoridade competente.
 - Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda estiver fundada em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, ainda que se trate de texto constitucional.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

67.

- Y – Prevalece o foro do domicílio do representante para discussão do contrato de representação comercial.
 - Instrumento particular de confissão de dívida em que conste pelo menos a assinatura de uma testemunha é título executivo, eis que resguardada a liberdade de contratar.
 - W – Compete a uma das Câmaras Cíveis processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato judicial exarado por Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
 - O espólio será representado em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante.
 - Z – A viúva e os herdeiros de artista falecido têm legitimidade ativa para a promoção de ação indenizatória pelo uso indevido da imagem do *de cuius*, desde que não exista formalmente espólio ante a inexistência de bens a inventariar.
 - A falta de assinatura no parecer do Ministério Público não constitui motivo para que se declare nulo o processo.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

68.

- Y – A execução provisória de sentença corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exequente que se obriga a reparar os prejuízos que o executado vier a sofrer, caso a sentença seja reformada.
 - A ação de investigação de paternidade versa sobre direito indisponível.
 - W – Não se fará citação, quando se verificar que o réu é demente ou está impossibilitado de recebê-la.
 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
 - Z – A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, especialmente nas ações de separação judicial e divórcio.
 - O juiz dará curador especial ao réu preso.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.
-

69.

- Y - A suspensão de segurança exige prova inequívoca de grave lesão à ordem e à economia pública.
 - O prazo para impetrar mandado de segurança é extintivo e peremptório.
 - W – A competência para processar e julgar mandado de segurança define-se pela categoria da autoridade coatora e pela sede funcional.
 - A ação de despejo por falta de pagamento pode ser cumulada com a de cobrança dos aluguéis.
 - Z – A testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência.
 - O juiz indeferirá a inquirição de testemunha sobre fatos que só por documentos podem ser provados.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.

70.

- Y – A petição inicial será indeferida quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
 - O juiz pode determinar o comparecimento da parte à audiência para depoimento pessoal, sob pena de desobediência.
 - W – No processo de justificação, o juiz não se pronunciará sobre o mérito da prova, limitando-se a verificar se foram observadas as formalidades legais.
 - O cônjuge do executado, se for intimado da penhora sobre imóvel do casal, não pode mais opor embargos de terceiros para a defesa de sua meação.
 - Z – A caução pode ser prestada pelo interessado ou por terceiro.
 - A oposição oferecida antes da audiência será processada nos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
- (A) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão erradas.
(B) As assertivas dos conjuntos “Y”, “W” e “Z” estão corretas.
(C) Somente o contido no conjunto “Z” está correto.
(D) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos “Y” e “W”.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

Assinale a alternativa correta nas questões a seguir:

71. Dispõe o artigo 14 da Lei nº 6.368/76, que trata de medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências: “Associarem-se 2 (duas) ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 12 ou 13 desta Lei: Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa”. Já o artigo 8º da Lei nº 8.072/90 prescreve: “Será de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo”. Dispondo a nova lei sobre quadrilha ou bando para a prática do tráfico de entorpecentes, prevalece o entendimento de que:
- (A) Ficou extinto o crime do artigo 14 da Lei nº 6.368/76, por força da nova previsão da Lei nº 8.072/90;
(B) Prevalece, às inteiras, o artigo 14 da Lei nº 6.368/76, em face da sua especialidade;
(C) Manteve-se íntegra a descrição típica do crime do artigo 14 da Lei nº 6.368/76, mas, pelo princípio da proporcionalidade, a pena passou a ser de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão, sem multa;
(D) Manteve-se íntegra a descrição típica do crime do artigo 14 da Lei nº 6.368/76, mas, pelo princípio da proporcionalidade, a pena privativa de liberdade passou a ser de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão, com multa, prevalecendo o art. 49 do Código Penal, de 10 (dez) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

72. Estipula a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro): “Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor”. “Art. 293. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos”. Conforme posição jurisprudencial prevalente no Superior Tribunal de Justiça, Tício, motorista habilitado, condenado por homicídio culposo no trânsito à pena privativa de liberdade definitiva de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de detenção:
- (A) Deve ter fixada a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor de acordo com as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, as agravantes e as atenuantes e as causas de aumento e diminuição que nortearam a fixação da sua pena privativa de liberdade;
 - (B) Deve ter fixada a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo mesmo prazo da sua pena privativa de liberdade, ou seja, 2 (dois) anos e 6 (seis) meses;
 - (C) Deve ter fixada a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo mínimo da pena privativa de liberdade cominada em abstrato na norma, ou seja, 2 (dois) anos;
 - (D) Deve ter fixada a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo que o juiz livremente arbitrar, dentro dos limites legais.
-
73. No crime de tortura, a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público:
- (A) Qualquer que seja a pena privativa de liberdade;
 - (B) Quando a pena privativa de liberdade for superior a 1 (um) ano;
 - (C) Quando a pena privativa de liberdade for superior a 2 (dois) anos;
 - (D) Quando a pena privativa de liberdade for superior a 4 (quatro) anos.
-
74. A cessão gratuita e ocasional de droga, sem intuito de lucro, a um amigo:
- (A) Não caracteriza qualquer crime;
 - (B) Caracteriza o crime de associação para o tráfico de entorpecentes, previsto no art. 14 da Lei nº 6.368/76;
 - (C) Caracteriza o crime de uso de entorpecentes, previsto no art. 16 da Lei nº 6.368/76;
 - (D) Caracteriza o crime de tráfico de entorpecentes, previsto no art. 12 da Lei nº 6.368/76.
-
75. De acordo com a jurisprudência predominante, a imunidade concedida ao advogado nos termos do artigo 133 da Constituição Federal (“O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”) e objeto do artigo 142, I, do Código Penal:
- (A) Abrange a injúria, a difamação e a calúnia;
 - (B) Abrange a injúria, não alcançando a difamação e a calúnia;
 - (C) Abrange a difamação e a calúnia, não alcançando a injúria;
 - (D) Abrange a injúria e a difamação, não alcançando a calúnia.
-
76. Crime vago é o que:
- (A) Tem como sujeito passivo pessoa jurídica não identificada;
 - (B) Tem como sujeito passivo entidade sem personalidade jurídica;
 - (C) Não tem sujeito passivo;
 - (D) Atinge mais de um bem jurídico.
-
77. Tem-se a tentativa branca quando:
- (A) O sujeito ativo pratica todos os atos de execução do crime, mas este não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade;
 - (B) O sujeito ativo, para a execução do crime, utiliza “arma branca”;
 - (C) A vítima não sofre lesões;
 - (D) Menos se aproxima o sujeito ativo da consumação do crime, maior devendo ser a atenuação da pena (dois terços).
-
78. No concurso de pessoas:
- (A) As circunstâncias objetivas nunca se comunicam;
 - (B) As circunstâncias objetivas se comunicam, desde que o co-autor ou partícipe delas tenha conhecimento;
 - (C) As circunstâncias objetivas se comunicam, mesmo quando o co-autor ou partícipe delas não tenha conhecimento;
 - (D) Nenhuma das opções acima (“a”, “b” e “c”) é correta.
-

79. Qual critério se deve adotar para o acréscimo de pena de um sexto a dois terços pela continuidade delitiva?
- (A) A gravidade dos crimes;
 - (B) As circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal;
 - (C) A livre apreciação do magistrado;
 - (D) O número de crimes.
-
80. Caracteriza-se a culpa consciente quando:
- (A) O agente não prevê o resultado, malgrado seja previsível;
 - (B) O agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;
 - (C) O agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que ele não aconteça;
 - (D) O agente prevê o resultado, não se importando que venha ele a acontecer.
-
81. A inexigibilidade de outra conduta é causa:
- (A) De exclusão de condição de punibilidade;
 - (B) De exclusão de tipicidade;
 - (C) De exclusão da culpabilidade;
 - (D) Nenhuma das opções acima (“a”, “b” e “c”) é correta.
-
82. Pela teoria *actio libera in causa*:
- (A) Considera-se o momento da ingestão da substância causadora da embriaguez e não o da prática delituosa, não se excluindo a imputabilidade do agente, completa ou incompleta a sua embriaguez;
 - (B) Considera-se o momento da prática delituosa e não o da ingestão da substância causadora da embriaguez, excluindo-se a imputabilidade do agente, se completa a sua embriaguez;
 - (C) Considera-se o momento da prática delituosa e não o da ingestão da substância causadora da embriaguez, reduzindo-se a pena do agente, se incompleta a sua embriaguez;
 - (D) As opções “b” e “c” acima estão corretas.
-
83. Quanto à natureza jurídica do concurso de agentes, adotou o Código Penal:
- (A) a teoria pluralista ou pluralística;
 - (B) a teoria unitária ou monista;
 - (C) a teoria dualista ou dualística;
 - (D) a teoria da participação.
-
84. Caio, membro de uma quadrilha voltada para a subtração de veículos, mediante furtos e roubos à mão armada, adquire e mantém, ilegalmente, em depósito, em sua residência, ainda sob a égide da Lei nº 9.437/1997, arma de fogo de uso restrito. A Lei nº 9.437/1997 previa para tal delito, em seu art. 10, § 2º, a pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. Entra em vigor a Lei nº 10.826/2003, que prevê, para o mesmo delito, em seu art. 16, a pena de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. Caio mantém o depósito ilegal da arma, com esta sendo flagrado poucos dias após o início da vigência da Lei nº 10.826/2003. Denunciado por ter em depósito arma de fogo de uso restrito, Caio está sujeito às penas:
- (A) da lei antiga, mais benéfica, porque em sua vigência teve início a ação típica e a lei nova, mais grave, não pode retroagir para prejudicar o agente;
 - (B) da lei nova, que pode ser aplicada no caso, porque a tipicidade não foi alterada, mas somente a pena;
 - (C) da lei nova, que pode ser aplicada no caso, porque sua vigência é anterior à cessação da permanência do crime;
 - (D) Nenhuma das opções acima (“a”, “b” e “c”) é correta.
-
85. O princípio da adequação social, admitido num caso concreto, pode constituir causa supralegal de exclusão da:
- (A) culpabilidade;
 - (B) tipicidade;
 - (C) punibilidade;
 - (D) antijuridicidade.
-

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

As dez primeiras questões contêm três conjuntos (1º, 2º e 3º) com duas assertivas cada um. O conjunto que contiver uma errada e outra certa, ou ambas erradas, é considerado incorreto. Leia com atenção e assinale a única resposta correta.

86.

1º

- As fundações, associações ou empresas legalmente constituídas podem exercer a ação penal quanto aos crimes de calúnia, injúria e difamação, de que sejam vítimas, representadas pelos diretores ou sócios-gerentes quando não designada outra pessoa em seus contratos ou estatutos.
- Na ação penal pública incondicionada vigoram os princípios da indisponibilidade e da indivisibilidade. Assim, a denúncia contra qualquer um dos autores do crime obrigará ao processo de todos.

2º

- O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mas não produz efeitos em relação ao que o recusar.
- A renúncia ao direito de queixa, cuja prova depende de declaração do querelante nos autos, é causa de extinção da punibilidade quando houver aceitação do querelado.

3º

- A competência, em regra, é determinada pelo lugar em que se consumou a infração, mas nos casos de exclusiva ação privada, poderá seu autor optar pelo foro do domicílio ou da residência do querelado.
- O direito de queixa é exercido perante a autoridade policial no prazo de seis meses, contado do dia em que o querelante vier a saber quem é o autor do crime, mediante petição assinada por ele ou por procurador com poderes especiais.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão errados.
- (B) Somente o 1º conjunto está correto.
- (C) Somente o 2º conjunto está correto.
- (D) Somente o 3º conjunto está correto.

87.

1º

- É recorrível o despacho do delegado que indefere requerimento do ofendido para a abertura de inquérito.
- Nos crimes de ação privada a autoridade somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

2º

- Tratando-se de ação penal privativa do ofendido, prescindível, em qualquer caso, a prévia instauração de inquérito policial para a apuração dos fatos e dos indícios da autoria, pois ao querelante é imposto o ônus de provar em juízo as alegações feitas na queixa.
- O **habeas corpus** é via inidônea para o trancamento de inquérito policial, por não implicar sua instauração em cerceamento ao direito de locomoção do indiciado.

3º

- Há flagrante esperado quando a autoridade, informada do plano criminoso do agente, aguarda que ele dê início à sua execução para prendê-lo.
- Considera-se em flagrante, no sentido próprio, quem está cometendo a infração penal.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão corretos.
- (B) Somente o 2º conjunto está correto.
- (C) Somente o 3º conjunto está correto.
- (D) O 1º e o 3º conjunto são os corretos.

88.

1º

- Não será concedida fiança a quem, em qualquer outro processo, tenha infringido a obrigação de comparecer a todos os atos do processo.
- Para a concessão de liberdade provisória, mediante fiança, é imprescindível a audiência prévia do Ministério Público.

2º

- A citação será feita por edital quando incerta a pessoa que tiver de ser citada.
- Para a validade do ato de reconhecimento é imprescindível que ao lado da pessoa, cujo reconhecimento se pretender, sejam colocadas outras que com ela tiverem qualquer semelhança.

3º

- O termo de interrogatório judicial, quando o réu se recusar a assiná-lo, não souber ou não puder fazê-lo, será assinado por duas testemunhas que tenham ouvido sua leitura na presença dele.
- O juiz, quando for inquirir na instrução criminal testemunha menor de dezoito anos de idade, deverá nomear-lhe curador para o ato.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão corretos.
- (B) O 1º e o 2º conjunto são os corretos.
- (C) Somente o 2º conjunto está correto.
- (D) Todos os conjuntos estão errados.

89.

1º

- Toda pessoa pode ser testemunha e presta seu depoimento sob promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Não se defere esse compromisso aos menores de dezoito anos, aos doentes ou deficientes mentais, aos ascendentes ou descendentes do réu, ao afim em linha reta, ao cônjuge e aos colaterais até o terceiro grau.
- O ofendido será obrigatoriamente inquirido a respeito das circunstâncias da infração e de seu autor, devendo ser conduzido à presença do juiz se deixar de comparecer sem motivo justo à audiência para esse fim designada.

2º

- Quando o ofendido possuir foro especial por prerrogativa de função, será inquirido em local, dia e hora previamente ajustados com a autoridade processante.
- Provada a inimputabilidade do réu, por doença mental superveniente à infração, o processo ficará suspenso até que ele se restabeleça.

3º

- O juiz está impedido de exercer jurisdição no processo se for inimigo capital de qualquer das partes ou de seus advogados.
- Ao defensor público, integrante de assistência judiciária organizada e mantida pelo Estado, é assegurada a prerrogativa de ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, em ambas as instâncias, bem como a contagem em dobro de todos os prazos.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão errados.
 - (B) Somente o 1º conjunto está correto.
 - (C) Somente o 2º conjunto está correto.
 - (D) Somente o 3º conjunto está correto.
-

90.

1º

- Ao juiz é vedado, na pronúncia, excluir circunstância qualificadora do homicídio, postulada pelo Ministério Público na denúncia e nas alegações finais, sob pena de subtrair dos jurados a soberania que lhes outorgou o constituinte para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Vigora, nessa fase processual, o princípio **in dubio pro societate**.
- O Código de Processo Penal prevê procedimento bifásico para os crimes da competência do tribunal do júri. No **judicium accusationis**, iniciado com a denúncia e encerrado com a preclusão da pronúncia, estabelecem-se os limites da acusação. Pode o juiz, nessa fase, admitir circunstância qualificadora apurada na instrução e omitida na denúncia, pois a defesa terá a oportunidade de rebatê-la no **judicium causae**, perante o conselho de sentença.

2º

- Preclusa a decisão de impronúncia, por ausência de indícios da autoria, é vedada a instauração de outra ação penal contra o réu pelos mesmos fatos.
- A intimação do réu, pronunciado por crime afiançável, será feita por edital quando não for encontrado ou não possuir advogado constituído.

3º

- Poderá o tribunal determinar o desaforamento, a requerimento do réu ou do Ministério Público, se o julgamento não se realizar no período de um ano, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não tenha concorrido o réu ou a defesa.
- A sentença de absolvição sumária somente transita em julgado depois de confirmada pelo tribunal em reexame necessário. Logo, falta interesse do Ministério Público na interposição de recurso em sentido estrito visando à pronúncia do réu.

RESPOSTA:

- (A) Somente o 3º conjunto está correto.
 - (B) Os conjuntos 2º e 3º são os corretos.
 - (C) Somente o 1º conjunto está correto.
 - (D) Todos os conjuntos estão errados.
-

91.

1º

- O **habeas corpus** poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público ou pelo juiz, quando este último verificar, no processo, que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- A petição de **habeas corpus** será indeferida liminarmente quando desacompanhada dos documentos necessários à prova dos fatos nela alegados.

2º

- O protesto por novo júri é admissível quando a sentença condenatória, por crime doloso contra a vida, for por tempo igual ou superior a vinte anos de reclusão.
- A apelação interposta em relação ao crime conexo, de que não caiba protesto por novo júri, ficará suspensa até a realização do novo julgamento.

3º

- Pode tribunal, depois de cassar o veredicto absolutório dos jurados a requerimento da acusação, prover apelação do réu fundamentada na ocorrência de nulidade no segundo julgamento, em que terminou condenado.
- A apelação de sentença absolutória será recebida apenas no efeito devolutivo.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão corretos.
 - (B) Todos os conjuntos estão errados.
 - (C) O 1º e o 2º conjunto são os corretos.
 - (D) Somente o 3º conjunto está correto.
-

92.

1º

- Absolvido o réu por não existir prova suficiente para sua condenação, falta-lhe interesse em apelar com o fundamento de que o fato por ele praticado não constitui infração penal.
- O Código de Processo Penal faculta ao juiz, depois das contra-razões, a oportunidade de reformar ou sustentar a decisão impugnada mediante recurso em sentido estrito. Suficiente, quando não se retrata, a simples afirmação de que a mantém por seus próprios fundamentos.

2º

- O recolhimento do condenado à prisão, como condição para requerer revisão criminal, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência.
- A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

3º

- A revisão criminal é inadmissível nos processos em que o réu houver sido condenado a pena exclusivamente de multa.
- Julgada procedente a revisão de processo instaurado por crime de ação exclusivamente privada, o tribunal, se o interessado o requerer, condenará o querelante a lhe pagar justa indenização pelos prejuízos sofridos.

RESPOSTA:

- (A) Os conjuntos 1º e 2º são os corretos.
 - (B) Somente o 1º conjunto está correto.
 - (C) Somente o 2º conjunto está correto.
 - (D) Todos os conjuntos estão errados.
-

93.

1º

- Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- Dispõe o Código de Processo Penal Militar que os embargos infringentes serão opostos no prazo de cinco dias, contados da data da intimação do acórdão.

2º

- São cabíveis embargos infringentes, para o tribunal pleno ou órgão especial, quando o acórdão não unânime houver julgado improcedente pedido de revisão criminal.
- Dispõe o Código de Processo Penal que aos acórdãos proferidos pelos tribunais, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de cinco dias contados de sua publicação, quando neles houver ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.

3º

- O Ministério Público fiscalizará a execução da pena, facultado ao ofendido ou seu representante legal intervir como assistente.
- Permite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão errados.
 - (B) Todos os conjuntos estão corretos.
 - (C) Os conjuntos 2º e 3º são os corretos.
 - (D) Somente o conjunto 1º está correto.
-

94.

1º

- Embora não dependa de inclusão em pauta, a data do julgamento do **habeas corpus** deverá ser comunicada ao impetrante para, se quiser e entender necessário, fazer sua sustentação oral, cumprindo-se, assim, o princípio constitucional da ampla defesa.
- Impetrada ordem de **habeas corpus**, com o fundamento de que o processo em que o paciente foi condenado definitivamente a pena de multa é manifestamente nulo, é facultado ao relator suspender liminarmente a execução da sentença, até seu julgamento final, mediante decisão motivada.

2º

- É irrecurável a decisão que relaxar a prisão em flagrante.
- Da decisão que denegar o recurso de apelação, dar-se-á carta testemunhável com efeito suspensivo.

3º

- A precatória, com o resumo de seus requisitos, pode ser expedida por via telegráfica, depois de reconhecida a firma do juiz, circunstância que a estação expedidora mencionará.
- Cabe recurso em sentido estrito da decisão que julgar procedente a exceção, salvo a de suspeição.

RESPOSTA:

- (A) Todos os conjuntos estão errados.
 - (B) Todos os conjuntos estão corretos.
 - (C) Os conjuntos 1º e 2º são os corretos.
 - (D) Somente o conjunto 3º está correto.
-

95.

1º

- O Código de Processo Penal não adotou o princípio da identidade física do juiz. Logo, se não presidiu aos atos da instrução criminal não poderá, antes de sentenciar, proceder a novo interrogatório ou a inquirição de testemunhas e do ofendido.
- A falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal por ele intentada é causa de nulidade do processo. Sua ausência aos atos da instrução criminal, embora notificado previamente para esse fim, constitui nulidade insanável que pode ser argüida pela defesa.

2º

- No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- Havendo mais de um réu, o tempo destinado à acusação e à defesa será de três horas para cada um, e de uma hora para a réplica e de outro tanto para a tréplica.

3º

- Se a verificação de fato essencial ao julgamento da causa puder ser realizada de pronto, o juiz suspenderá a sessão pelo prazo que for necessário ao cumprimento da diligência.
- No julgamento de dois ou mais réus, com um só defensor, o número de recusa imotivada de jurado não poderá ser superior a três.

RESPOSTA:

- (A) Os conjuntos 2º e 3º estão corretos.
 - (B) Somente o conjunto 3º está correto.
 - (C) somente o conjunto 1º está correto.
 - (D) Todos os conjuntos estão errados.
-

NAS CINCO QUESTÕES SEGUINTEs, ASSINALE A ÚNICA ASSERTIVA CORRETA.

96ª QUESTÃO:

- (A) Depois da réplica e da tréplica não será permitida a reinquirição das testemunhas ouvidas em plenário.
 - (B) Na pronúncia o juiz declarará o dispositivo legal em cuja sanção julgar o réu incurso, bem como a incidência de eventual causa especial de aumento ou de diminuição de pena.
 - (C) O alibi, prova indiciária negativa da autoria, cujo ônus compete à defesa, pode ter sua veracidade averiguada em diligências determinadas de ofício pelo juiz.
 - (D) A confissão será indivisível e irretirável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
-

97ª QUESTÃO:

- (A) Da decisão que rejeita a denúncia cabe recurso em sentido estrito. Uma vez que não chegou a se formar a relação processual, desnecessária a intimação do denunciado para oferecer contra-razões.
 - (B) A conexão determina reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado.
 - (C) Compete à Auditoria Militar do Distrito Federal processar e julgar policiais militares pela prática do crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), quando conexo com o de lesão leve, previsto no Código Penal Militar (art. 209).
 - (D) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
-

98ª QUESTÃO:

- (A) Dispõe o Código de Processo Penal Militar que o livramento condicional poderá ser concedido ao condenado a pena de reclusão ou detenção igual ou superior a dois anos, desde que tenha cumprido a metade da pena, se primário.
 - (B) Será obrigatoriamente revogado o livramento condicional se o liberado vier a ser irrecorrivelmente condenado por contravenção cometida durante a vigência do benefício.
 - (C) O livramento condicional poderá ser concedido a condenado a pena privativa de liberdade inferior a dois anos.
 - (D) O livramento condicional poderá ser revogado a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou de quem o represente, do Conselho Penitenciário ou de ofício, pelo juiz.
-

99ª QUESTÃO:

- (A) O juiz recorrerá de ofício quando rejeitar a denúncia com o fundamento de que o denunciado agiu sob o pálio da legítima defesa.
 - (B) O recurso de ofício, previsto no Código de Processo Penal para o caso de sentença concessiva de reabilitação, encontra-se revogado pela Lei de Execução Penal.
 - (C) O Código de Processo Penal Militar não prevê recurso de ofício das decisões concessivas de **habeas corpus**.
 - (D) No recurso de ofício, privativo do juiz, as partes não podem apresentar razões nem contra-razões.
-

100ª QUESTÃO:

- (A) A incompetência relativa do juízo poderá ser argüida pela defesa a qualquer tempo. Por se tratar de matéria de ordem pública, não se sujeita à preclusão.
 - (B) O juiz que se julgar suspeito, e não for relator nem revisor, deverá fazê-lo verbalmente na sessão de julgamento.
 - (C) No interrogatório do réu, por se tratar de ato personalíssimo do magistrado, é dispensável a presença de defensor dativo ou constituído.
 - (D) Conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, o decreto de prisão preventiva, como garantia da ordem pública, pode ter por fundamento o clamor popular provocado pela gravidade do crime e o prestígio da Justiça perante a sociedade.
-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS

GABARITO AGOSTO/2006

1. B	28. D	55. A	82. A
2. B	29. B	56. D	83. B
3. D	30. B	57. C	84. C
4. D	31. A	58. A	85. B
5. A	32. B	59. B	86. A
6. C	33. A	60. D	87. D
7. D	34. D	61. B	88. D
8. B	35. C	62. A	89. A
9. A	36. A	63. C	90. D
10. B	37. B	64. B	91. D
11. D	38. D	65. A	92. D
12. C	39. B	66. D	93. D
13. A	40. C	67. C	94. D
14. B	41. B	68. D	95. B
15. C	42. D	69. B	96. C
16. D	43. C	70. C e A	97. D
17. B	44. B	71. C	98. A
18. D	45. C	72. A	99. C
19. A	46. A	73. A	100. B
20. A	47. D	74. D	
21. B	48. A	75. D	
22. C	49. C	76. B	
23. A	50. C	77. C	
24. C	51. A	78. B	
25. D	52. D	79. D	
26. B	53. D	80. C	
27. A	54. D	81. C	